

2021

Relatório de Atividades

1º Trimestre



TCESP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

COMPOSIÇÃO

Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Corregedoria

Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli

Conselheiros

Renato Martins Costa

Marco Aurélio Bertaiolli

Maxwell Borges de Moura Vieira

Wagner de Campos Rosário

Carlos Cezar

Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis – Coordenador

Conselheiros Substitutos – Auditores

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Samy Wurman

Sílvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Élida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Denis Dela Vedova Gomes – Procurador-Chefe

Procuradores

Débora Sammarco Milena

Fernanda Bardichia Pilat Yamamoto

João Carlos Pietropaolo

Marcel Felipe Moitinho Torres

Roberto Pereira Perez

Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração – DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO TRIMESTRE	6
2.	CORPO DIRETIVO.....	37
3.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS.....	38
3.1.	ELETRÔNICOS.....	38
3.2.	FÍSICOS	39
4.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS	39
4.1.	PELO TRIBUNAL PLENO.....	39
4.2.	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS.....	39
4.3.	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES.....	39
4.4.	PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES.....	40
4.5.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC.....	41
4.6.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	41
5.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	41
5.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	41
5.1.1.	PAUTA (SDG-3), TAQUIGRAFIA (SDG-1) E JURISPRUDÊNCIA (SDG-4)	41
5.1.2.	DEPARTAMENTOS DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO – DSFS I E II.....	42
5.1.3.	NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – NAEC.....	44
5.1.4.	DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL ESPECIALIZADA – DIPE	45
5.1.5.	DIVISÃO DE AUDITORIA ELETRÔNICA – AUDESP	45
5.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA.....	45
5.2.1.	DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS.....	46
5.2.2.	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	46
5.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI	54
5.4.	GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP	55
5.5.	ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP	55
5.6.	DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC	58
5.7.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	59
5.8.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP.....	60
5.9.	OUVIDORIA	61
5.10.	CONTROLADORIA INTERNA	62
5.11.	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS	62
5.12.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	64
5.13.	ASSESSORIA POLICIAL CIVIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	64
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Conselheiros Substitutos-Auditores)	38
Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	42
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	43
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas Correntes.....	48
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas de Capital	49
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas Correntes	50
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas de Capital	51
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Empenhado – Despesas Correntes.....	52
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Empenhado – Despesas de Capital	52
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Realizado – Despesas Correntes	53
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Realizado – Despesas de Capital	53
Tabela 12 - Atividades da EPCP - 1º trimestre	57
Tabela 13 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos	58
Tabela 14 - Comunicados expedidos pelo GP	65
Tabela 15 - Comunicados expedidos pela SDG.....	67
Tabela 16 - Comunicados expedidos conjuntamente GP/SDG	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 1º trimestre	40
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	43
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	44
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	61
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional.....	63

APRESENTAÇÃO



Tendo como foco o fortalecimento da atuação orientadora, preventiva e indutora de boas práticas na administração pública, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desenvolveu, no primeiro trimestre de 2026, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão pública, à ampliação do diálogo institucional e ao aprimoramento dos mecanismos de controle externo e participação social.

Nesse contexto, as atividades promovidas pela Corte priorizaram a aproximação com os jurisdicionados e a sociedade, por meio da realização da 30ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, da promoção de encontros técnicos e institucionais, da participação em ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas e da disseminação de orientações relacionadas à boa governança, à transparência e à eficiência administrativa.

Entre as iniciativas de destaque do período, o TCESP lançou o Selo TCESP Ouvidoria Cidadã, destinado a incentivar boas práticas de participação social e fortalecimento das Ouvidorias municipais, o Prêmio Plano Municipal pela Primeira Infância, com o objetivo de estimular e valorizar os municípios paulistas na formulação e fortalecimento de políticas públicas para a Primeira Infância, bem como promoveu ações e debates institucionais voltados à modernização do controle externo, à qualificação das políticas educacionais e ao aprimoramento das redes de proteção social e de atendimento à população.

As atividades desenvolvidas também evidenciaram a atuação integrada da Corte com outros órgãos e instituições públicas, especialmente em temas relacionados à educação, transparência, controle social, inclusão, fiscalização das políticas públicas e orientação técnica aos gestores municipais, reforçando o papel pedagógico do Tribunal.

Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente Relatório, elaborado em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição do Estado de São Paulo, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e o artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, reunindo as principais atividades desenvolvidas pelo TCESP ao longo do primeiro trimestre do exercício de 2026, tanto no âmbito do controle externo quanto da gestão administrativa e institucional.

CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PRESIDENTE DO TCESP

1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO TRIMESTRE

Posse Administrativa da Mesa Diretora para 2026



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, no dia 2 de fevereiro, a Posse Administrativa da Mesa Diretora para o exercício de 2026.

Com a presença dos Conselheiros, Procuradores do Ministério Público de Contas, Conselheiros Substitutos - Auditores, Diretores e servidores de diversas áreas, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes foi reconduzida ao cargo de

Presidente do TCESP para o novo exercício, assim como os Conselheiros Dimas Ramalho e Marco Aurélio Bertaiolli foram reconduzidos aos cargos de Vice-Presidente e Corregedor da Corte, respectivamente.

A Mesa Diretora foi escolhida por votação unânime realizada em Sessão Especial no dia 10 de dezembro de 2025, no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, na Capital paulista.

Na ocasião, os três Conselheiros foram reeleitos aos cargos de Presidente, Vice-



Presidente e Corregedor para a continuidade dos mandatos após a composição definida em setembro de 2025, em virtude da aposentadoria do Conselheiro Emérito Antonio Roque Citadini.

Além dos integrantes da Mesa, neste exercício de 2026 o Colegiado tem, em sua composição, os Conselheiros Renato Martins

Costa, Maxwell Borges de Moura Vieira, Wagner de Campos Rosário e Carlos Cezar.

Designação do Relator das Contas do Governador de 2026



A Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, designou o Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira para ser o Relator das Contas do Governador referentes ao exercício de 2026. A decisão esteve em conformidade com a Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 – a Lei Orgânica da Corte de Contas paulista.

A designação da relatoria dos processos das contas, de responsabilidade da Presidência da Corte, obedeceu, na distribuição, ao sistema de rodízio, iniciado pelos Conselheiros mais antigos. O Relator das contas estaduais tem como atribuição e prerrogativa acompanhar, de forma concomitante, os trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Contas do Governador (DCG) do TCESP, assim como pelos órgãos técnicos responsáveis pelas análises dos demonstrativos do exercício em exame.

As contas do Governo do Estado de São Paulo referentes ao exercício de 2025 estão sob responsabilidade Conselheiro-Relator Marco Aurélio Bertaiolli e devem ser apreciadas em junho. Já o balancete referente a 2026 está previsto para ser julgado em junho de 2027.

Vice-Presidente de Auditoria do IRB



A Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, tomou posse como Vice-Presidente de Auditoria do Instituto Rui Barbosa (IRB) para o biênio 2026/2027. A cerimônia foi marcada também pela posse do Conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia (TCE-BA), Inaldo da Paixão, como o novo Presidente do IRB, assim como da nova Diretoria

e do Conselho Fiscal, eleitos em Assembleia Geral realizada em dezembro de 2025.

Posse e curso de formação dos novos Auditores de Controle Externo



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, em 2 de fevereiro, no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, solenidade coletiva de posse dos servidores aprovados no concurso público para os cargos de Auditor de Controle Externo e Auditor de Controle Externo – Administração. Na ocasião, 136 servidores tomaram posse, de um total de

152 convocados, em face do certame realizado em junho de 2025 e homologado em outubro do mesmo ano. Após o ato de posse, os novos Auditores iniciaram o curso de formação promovido pela Escola Paulista de Contas Públicas - EPCP, com atividades voltadas à apresentação da estrutura, das atribuições e das áreas de atuação do Tribunal. A programação incluiu palestras institucionais, exposições temáticas, exercícios práticos e dinâmicas de integração conduzidas por servidores de diversas áreas do TCESP.

FISCALIZAÇÃO

Fiscalização surpresa em almoxarifados e distribuição de uniformes



O TCESP realizou, em 23 de março, fiscalização surpresa voltada à gestão de almoxarifados educacionais e à distribuição de uniformes nos municípios paulistas.

A iniciativa avaliou governança, equidade na entrega, condições de armazenamento, controle de estoques e a efetiva disponibilização de itens à rede municipal de ensino.

Participaram da ação 368 Auditores de Controle Externo, mobilizados simultaneamente em 300 municípios, com vistorias em Secretarias de Educação, almoxarifados centrais e unidades escolares. O trabalho acompanhou o fluxo completo dos materiais — da aquisição à entrega aos estudantes —, buscando assegurar que os itens chegassem com qualidade e no tempo adequado.

A operação ocorreu de forma estratégica no início do ano letivo, para permitir a produção de um diagnóstico ágil, orientado a subsidiar gestores municipais na correção tempestiva de falhas e no aprimoramento dos processos logísticos.

A metodologia adotada utilizou a capilaridade das 20 Unidades Regionais do Tribunal, com verificação *in loco* das condições estruturais, dos registros de movimentação de materiais e da efetividade da entrega. As informações foram coletadas em tempo real por meio de questionário eletrônico, com envio de registros visuais a uma Central de Comando do TCESP, garantindo maior precisão e rastreabilidade dos achados. A ação integrou o conjunto de fiscalizações ordenadas promovidas pelo TCESP desde 2016, consolidando um modelo orientado à produção de evidências comparáveis em áreas essenciais.

TCESP realiza live com resultados da Fiscalização Ordenada em almoxarifados da Educação



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou, em 6 de abril, das 14h30 às 16h, uma live para apresentar os achados da primeira Fiscalização Ordenada do ano. A live foi transmitida pelo canal da [Escola Paulista de Contas Públicas \(EPCP\) no YouTube](#) sem necessidade de inscrição prévia para participação. Até 30 de maio, o conteúdo somava 2,4 mil visualizações. O público-alvo da live eram servidores municipais das Secretarias de Educação, controladores internos, conselhos sociais e demais interessados.

Fiscalização em obra com recursos de emendas parlamentares



Com o objetivo de fortalecer a fiscalização e assegurar a adequada aplicação de recursos públicos, a Presidente do TCESP participou, no dia 5 de março, de uma fiscalização *in loco* em obra de uma entidade beneficiada por recursos provenientes de emendas parlamentares impositivas, propostas por vereadores do município de São José do Rio Preto.

A atividade integrou os trabalhos técnicos da Corte de Contas paulista voltados à verificação da regularidade, transparência e rastreabilidade de recursos destinados a entidades do Terceiro Setor, tendo como foco a execução de repasses à Associação Renascer, aplicados na adequação e ampliação de espaços para atendimento a pessoas com deficiência, especialmente crianças.

Durante a fiscalização, os Auditores do TCESP verificaram aspectos relacionados à execução física e financeira do objeto, à conformidade com o plano de trabalho e à rastreabilidade dos recursos, com vistas a aferir a correta utilização dos valores públicos e a qualidade dos serviços prestados.

Como resultado preliminar, foram identificadas oportunidades de aprimoramento relacionadas à transparência das emendas, ao fortalecimento do controle interno municipal e à divulgação de informações sobre as parcerias, medidas essenciais para o aperfeiçoamento da governança e o fortalecimento do controle social, a serem consolidadas em relatório com recomendações.

Auditoria sobre emendas parlamentares



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reforçou a necessidade de que administrações municipais e casas legislativas assegurem a disponibilização de dados claros e acessíveis em seus portais, de modo a permitir que qualquer cidadão identifique, com rapidez e transparência, a destinação dos recursos de emendas parlamentares.

Nesse contexto, a Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, esteve em Bauru no dia 12 de março para acompanhar auditoria voltada à aplicação de emendas impositivas municipais, com foco na rastreabilidade e na eficiência do gasto público.



Em 2025, o Legislativo local destinou R\$ 4,2 milhões por meio de 65 emendas, com valores heterogêneos. Durante a visita, foi vistoriada a aplicação da maior emenda, de R\$ 400 mil, no CCI João Paulo II, que atende 118 crianças.

A fiscalização constatou a adequada utilização dos recursos em melhorias estruturais e aquisição de equipamentos. Apesar da conformidade na execução dos gastos pela entidade, o TCESP identificou falhas na transparência pública. A fiscalização apontou dificuldades para localizar informações detalhadas sobre as emendas nos portais oficiais tanto da Prefeitura quanto da Câmara Municipal de Bauru.

EVENTOS E CAPACITAÇÕES

30º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais



Com o objetivo de orientar gestores públicos e fortalecer a qualidade da administração municipal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deu início, em 26 de março, no município de Álvares Machado, e no dia 27 de março, em Dracena, à 30ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais. Durante o exercício de 2026 serão realizados 20 encontros regionais em

municípios do interior e do litoral paulista, reunindo prefeitos, vereadores, secretários, equipes técnicas e lideranças municipais.

Organizado pela Secretaria-Diretoria Geral, pelos Departamentos de Supervisão da Fiscalização e pelas Unidades Regionais do Tribunal, o Ciclo de Debates tem como finalidade ampliar o diálogo com os municípios, disseminar boas práticas administrativas e esclarecer dúvidas relacionadas à gestão pública.

Neste ano, a programação abordará temas relevantes para o cotidiano das prefeituras e câmaras municipais, entre eles planejamento, Nova Lei de Licitações, Índice de Efetividade da Gestão Municipal, emendas parlamentares, regimes de despesas e parcerias com o terceiro setor.

Antes de cada encontro, a Presidente do TCE SP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, acompanhada de membros do Colegiado e equipes técnicas, promoverá reuniões com prefeitos e prefeitas das regiões visitadas.

A iniciativa reforça a atuação orientadora do TCE SP junto aos jurisdicionados, contribuindo para maior segurança na tomada de decisões administrativas, aprimoramento da gestão pública e fortalecimento das políticas voltadas ao interesse da população.

Confira abaixo o calendário dos outros 18 municípios:



Pindamonhangaba - 16/04/2026 - 09h30

Santos - 23/04/2026 - 9h30

Nuporanga - 14/05/2026 - 14h00

Jaboticabal - 15/05/2026 - 09h30

Registro - 28/05/2026 - 9h30

Salto - 22/06/2026 - 09h30

Itapeva - 25/06/2026 - 9h30

Americana - 29/06/2026 - 9h30

Assis - 06/08/2026 - 14h00

Lençóis Paulista - 07/08/2026 - 9h30

Taubaté - 20/08/2026 - 9h30

Mogi Mirim - 27/08/2026 - 09h30

São Carlos - 10/09/2026 - 14h00

Limeira - 11/09/2026 - 9h30

Santa Fé do Sul - 24/09/2026 - 9h30

Olímpia - 25/09/2026 - 9h30

Auriflama - 15/10/2026 - 14h00

Lins - 16/10/2026 - 9h30

30º CAAPEFIS do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Com o propósito de promover a capacitação contínua e o aprimoramento técnico de seus servidores, o TCESP realizou, de 24 a 26 de fevereiro, a 30ª edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento Pessoal (CAAPEFIS), reunindo, em Campos do Jordão (SP), mais de 500 servidores das áreas de Fiscalização, Administração e Tecnologia da Informação.

A iniciativa, que celebrou três décadas de realização, reafirmou-se como uma importante ação de desenvolvimento institucional no âmbito do Controle Externo brasileiro, ao proporcionar um ambiente estruturado para a troca de experiências, disseminação de conhecimento e alinhamento estratégico entre as diferentes áreas da Corte.

Ao longo do evento, foram abordados temas contemporâneos e de elevada relevância para a atuação do Tribunal, com foco no aprimoramento das práticas de fiscalização, no fortalecimento da governança pública e na incorporação de novas ferramentas e metodologias de trabalho, em especial aquelas relacionadas ao uso da Tecnologia e da inovação.

Nesse contexto, o CAAPEFIS contribuiu para o fortalecimento das capacidades institucionais do TCESP, estimulando a integração entre os servidores e promovendo o aperfeiçoamento contínuo das atividades de controle, com vistas à geração de resultados mais eficientes e ao incremento do impacto positivo da atuação do Tribunal na sociedade.

Palestras

Responsável pela palestra de abertura do CAAPEFIS, o Especialista em Direito Administrativo Ronny Charles Lopes de Torres falou sobre as mudanças, desafios e o cenário do controle externo; a relevância dos 30 anos do CAAPEFIS para o controle externo do Brasil; o quanto a capacitação contínua é capaz de melhorar a fiscalização pública; os principais desafios jurídicos da fiscalização; a eficácia de relatórios para tomar decisões;

simplificação da linguagem no âmbito jurídico; e temas importantes abordados durante o Ciclo junto aos servidores.

“Quando você trabalha com gestão pública, o resultado do seu esforço, da sua melhor profissão, sua melhor performance, é muitas vezes garantir a educação para quem precisa, saúde para quem precisa, garantir assistência, infraestrutura. Quando um bom gestor consegue aprimorar os mecanismos de funcionamento da sua organização pública, e quando os órgãos de controle induzem esse aprimoramento, mais crianças vão ter alfabetização, vidas vão ser salvas (...) o resultado é grandioso para o nosso país, para a nossa sociedade”, comentou Ronny Charles.

No último dia do encontro, houve a palestra da equipe do projeto ganhador do Prêmio CAAPEFIS 2025 ‘Viva TCESP’, assim como a palestra magna de encerramento proferida pelo Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Iberê de Castro Dias. O juiz é conhecido por iniciativas voltadas à proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e participou do desenvolvimento dos programas Adote um Boa Noite, Trampo Justo e Apadrinharte.

Políticas públicas para a Primeira Infância



Com o objetivo de fomentar o fortalecimento de políticas públicas voltadas à Primeira Infância, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), promoveu, no dia 29 de janeiro, o encontro “Caminhos para a Primeira Infância – Políticas que Transformam”, realizado no Auditório Nobre do TCESP.

O evento foi voltado a servidores municipais, especialmente das Secretarias da Educação, Saúde e Assistência Social, gestores públicos e demais atores institucionais na Primeira Infância. Ao longo do dia, foram realizadas palestras e debates que destacaram

a relevância do planejamento, da intersetorialidade e da governança das políticas públicas voltadas à Primeira Infância.

Durante a programação, também foi lançado o **“Prêmio Plano Municipal pela Primeira Infância”**, iniciativa conjunta do TCESP e do TJSP destinada a incentivar e valorizar municípios paulistas na formulação de políticas públicas a esse público.

As atividades ainda incluíram a apresentação dos resultados da **Auditoria Operacional em Primeira Infância**, realizada em âmbito nacional com a participação de 29 Tribunais de Contas. No Estado de São Paulo, o trabalho envolveu 62 servidores e 29 equipes que realizaram inspeções em 28 municípios, com foco nas visitas domiciliares da Estratégia de Saúde da Família e do programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.

O encontro reuniu autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes de órgãos de controle, especialistas e gestores públicos, reforçando a importância da cooperação institucional para ampliar a efetividade das ações voltadas ao desenvolvimento infantil.

Desafios e perspectivas da alimentação escolar



Fortalecer a gestão da alimentação escolar, garantir refeições nutritivas e de qualidade, promover transparência e disseminar boas práticas são medidas essenciais para assegurar o direito à alimentação e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, o “I Seminário Educação em Foco: Desafios e Perspectivas da Alimentação Escolar”, realizado pelo TCESP no dia 5 de fevereiro reuniu servidores municipais, gestores públicos e Conselheiros dos Conselhos de

Alimentação Escolar, alcançando mais de 10 mil visualizações na transmissão *online*.

Os debates destacaram a alimentação escolar como política pública estratégica, vinculada à educação, saúde, permanência escolar, redução das desigualdades e

desenvolvimento econômico local, com ênfase no papel da agricultura familiar no fornecimento da merenda. Foram abordados os desafios e inovações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reforçando a importância de universalizar a oferta de alimentação saudável e promover igualdade de oportunidades entre os estudantes.

Também foram apresentados dados da Fiscalização Ordenada realizada pelo TCESP em setembro de 2025 que identificou lacunas significativas: 46% das escolas não promovem ações de educação alimentar, 58% não realizam diagnóstico ou acompanhamento nutricional, e 12% dos nutricionistas enfrentam condições inadequadas de trabalho, sendo que 16% desses profissionais possuem vínculo temporário.

Nesse sentido, as práticas e os resultados apresentados no seminário visaram oferecer subsídios concretos para orientar decisões e promover melhorias contínuas na alimentação escolar, consolidando a política de merenda como instrumento de equidade social, saúde, desenvolvimento econômico e fortalecimento da educação, para garantir que os estudantes possam desenvolver plenamente seu potencial.

A programação contou com palestra de Fernanda Pacobahyba, Presidente do Fundo



Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de Rosana Maria Nogueira, Presidente do Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região, de Marcelo Colonato, Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo, entre outros especialistas.

O evento promoveu os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS): ODS 1 – Erradicação da pobreza, ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 – Saúde e bem-estar, ODS 4 – Educação de qualidade, ODS 10 – Redução das desigualdades e ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

Mulheres no Controle Externo



No âmbito das iniciativas voltadas ao aprimoramento institucional, o TCESP sediou, no dia 9 de março, no Auditório Nobre, encontro que reuniu lideranças femininas da Magistratura, da Academia e dos Tribunais de Contas para debater a modernização da auditoria pública. Sob o comando da Presidente da Corte de Contas paulista, Conselheira Cristiana de

Castro Moraes, o evento marcou discussões sobre inovação tecnológica e o papel das mulheres no controle externo brasileiro.

A mesa de abertura refletiu a densidade do encontro, contando com as presenças da Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Maria Marluce Caldas Bezerra; da Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edilene Lôbo; da Procuradora-Geral do Estado, Inês Maria dos Santos Coimbra; e da Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Leticia Formoso Delsin Matuck Feres.

A agenda destacou a relevância da atuação feminina nos espaços de decisão, evidenciando sua contribuição para o fortalecimento do controle externo e para a construção de instituições mais inclusivas e representativas.

Durante as discussões, foram abordados desafios relacionados à sub-representação de mulheres nos Tribunais de Contas, bem como a necessidade de ampliação da equidade em cargos de liderança, com vistas à promoção de mudanças estruturais no setor.

A programação contemplou, ainda, painéis sobre temas contemporâneos, como Inteligência Artificial, reforma tributária e emergências climáticas, reforçando o compromisso do Tribunal com a inovação, a boa governança e a agenda de desenvolvimento sustentável.

Encontro de Ouvidorias Públicas



O Tribunal de Contas realizou, em 16 de março, o “Encontro de Ouvidorias Públicas”, em alusão ao Dia Nacional do Ouvidor, com o objetivo de fortalecer a escuta qualificada no setor público e incentivar a participação cidadã como instrumento de aprimoramento da gestão. O evento reuniu autoridades e especialistas para discutir o papel estratégico das Ouvidorias na Administração Pública.

Durante o encontro, destacou-se a evolução das Ouvidorias, que passaram de canais receptivos de reclamações a ferramentas essenciais para a eficiência administrativa, capazes de transformar manifestações da sociedade em insumos para o planejamento e a tomada de decisão governamental. Na ocasião, o TCE SP promoveu o lançamento do “**Mapa das Ouvidorias Municipais**”, iniciativa voltada à ampliação da transparência e ao acesso da população aos canais de participação, bem como anunciou o “**Selo Ouvidoria Cidadã**”, destinado a reconhecer e estimular boas práticas em Prefeituras e Câmaras Municipais.

As discussões também evidenciaram o papel das Ouvidorias como instrumentos de inteligência estratégica, capazes de antecipar riscos, reduzir custos e qualificar políticas públicas, ao consolidar dados relevantes a partir das demandas da sociedade.

Durante o evento, o Tribunal ressaltou, ainda, a necessidade de aprimoramento contínuo das Ouvidorias nos entes fiscalizados, com destaque para a ampliação da transparência, o cumprimento de normativos legais e o fortalecimento desses canais como pontes efetivas entre o cidadão e a Administração Pública. O encontro contou com a palestras proferidas pelo Coordenador do Núcleo de Ouvidoria e Prevenção da Corrupção (Controladoria Geral da União), Márcio Aurélio Sobral; pelo Ouvidor Nacional de Justiça (Conselho Nacional de Justiça-CNJ), Marcello Tero e Silva; pelo Ouvidor Geral do Estado de São Paulo, Valmir Gomes Dias; e pela Presidente da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO), Luciana Bertachini.

Reunião Ordinária Conjunta das Instâncias de Conselheiros e Técnicos



O Tribunal de Contas sediou, no dia 25 de março, a 1ª Reunião Ordinária Conjunta das Instâncias de Conselheiros e Técnicos, promovida pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), reunindo

representantes de diversos Tribunais de Contas do país para debater temas relacionados à educação pública e ao aperfeiçoamento das auditorias operacionais.

A programação contemplou discussões sobre alimentação escolar, alfabetização e aprendizagem, educação inclusiva, carreiras docentes e ações institucionais desenvolvidas pela Atricon e pelo Comitê Técnico da Educação do IRB. Também foram debatidas iniciativas voltadas ao fortalecimento das auditorias financeiras e operacionais, com foco na avaliação da efetividade das políticas públicas educacionais.

Durante o encontro, destacou-se a importância da atuação integrada dos Tribunais de Contas na promoção de melhorias na educação, especialmente no acompanhamento de indicadores relacionados à alfabetização, segurança alimentar e inclusão escolar.

Os participantes ressaltaram a necessidade de compartilhamento de experiências, desenvolvimento de metodologias conjuntas e ampliação da transparência dos resultados obtidos.

O evento também abordou a metodologia e o cronograma de execução da Auditoria Nacional de Alfabetização e Aprendizagem 2026-2027, incluindo o planejamento logístico das visitas técnicas e a construção de boas práticas de gestão educacional em parceria com os entes fiscalizados.

Além das palestras e debates técnicos, a reunião tratou da continuidade dos trabalhos relacionados ao Painel Carreiras Docentes, da definição de temas institucionais futuros e da apresentação do Portal do Comitê Técnico da Educação do IRB, reforçando a cooperação entre os órgãos de controle na área educacional.

Cidadania e políticas públicas para alunos da rede municipal



Servidores da Unidade Regional de Andradina (UR-15) realizaram, em janeiro, palestra para 110 alunos da rede municipal de ensino, na Câmara Municipal de Andradina. A

atividade abordou, de forma lúdica, noções de cidadania, funcionamento dos Poderes Executivo e Legislativo, o papel do Tribunal de Contas e conceitos básicos de políticas públicas, incentivando a participação das crianças como agentes de transformação social. O convite foi motivado pelo destaque obtido em ações semelhantes realizadas pela Unidade Regional de Registro (UR-12), nas Câmaras Municipais de Miracatu e Cajati, em 2025.

PREMIAÇÕES

Selo TCESP Ouvidoria Cidadã



O Tribunal de Contas disponibilizou o *hotsite* do Selo TCESP Ouvidoria Cidadã, iniciativa lançada em celebração ao Dia Nacional do Ouvidor, durante o evento “Encontro de Ouvidorias Públicas”. A ação tem como objetivo reconhecer e incentivar boas práticas de participação social e aprimoramento da gestão pública nos municípios paulistas.

A iniciativa buscou estimular Prefeituras e Câmaras Municipais a fortalecerem seus canais de Ouvidoria, promovendo maior transparência, eficiência administrativa e aproximação com o cidadão. A proposta esteve alinhada ao papel das Ouvidorias públicas como instrumentos de comunicação direta entre a sociedade e o poder público, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços prestados.

O selo será concedido nas categorias Ouro, Prata e Bronze. Por meio do selo, o TCESP pretende valorizar iniciativas voltadas ao correto funcionamento das Ouvidorias, com critérios relacionados à estrutura dos canais de atendimento, à capacidade de tratamento das demandas recebidas e à transformação dessas manifestações em melhorias concretas na gestão pública.

O Selo TCESP Ouvidoria Cidadã é destinado às administrações municipais jurisdicionadas à Corte de Contas paulista, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo. A certificação será concebida para reconhecer instituições que demonstrarem boas práticas na condução de suas Ouvidorias, evidenciando compromisso com a escuta ativa, a transparência e a melhoria contínua dos serviços públicos.

Além de valorizar iniciativas exitosas, o selo também passa a atuar como instrumento de diagnóstico para identificação de pontos de aprimoramento nos canais de atendimento ao cidadão. A divulgação dos resultados está prevista para o dia 5 de outubro.

Prêmio incentiva ações municipais pela Primeira Infância



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) lançaram em janeiro o 'Prêmio Plano Municipal pela Primeira Infância'. O lançamento ocorreu durante o primeiro 'Encontro Caminhos para a Primeira Infância – Políticas que Transformam', evento realizado no Auditório Nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello', na sede do TCESP.

A iniciativa conjunta dos dois órgãos, signatários do Pacto Nacional da Primeira Infância, tem como objetivo estimular e valorizar os municípios paulistas na formulação e fortalecimento de políticas públicas para a Primeira Infância.

De acordo com o regulamento da premiação, disponibilizado na edição desta quinta-feira (29/1) do Diário Oficial Eletrônico do TCESP (D.O.E. TCESP), os municípios

interessados deverão desenvolver experiências voltadas à criação, elaboração, implementação e execução dos respectivos Planos Municipais da Primeira Infância, no cumprimento do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), em um prazo de 18 meses - entre 2 de fevereiro de 2026 e 1º de agosto de 2027.

Após o período de desenvolvimento, os municípios terão 30 dias para comprovarem as experiências em formulário de inscrição que será disponibilizado no site do edital. As inscrições devem ser feitas entre 2 de agosto de 2027 e 1º de setembro de 2027.

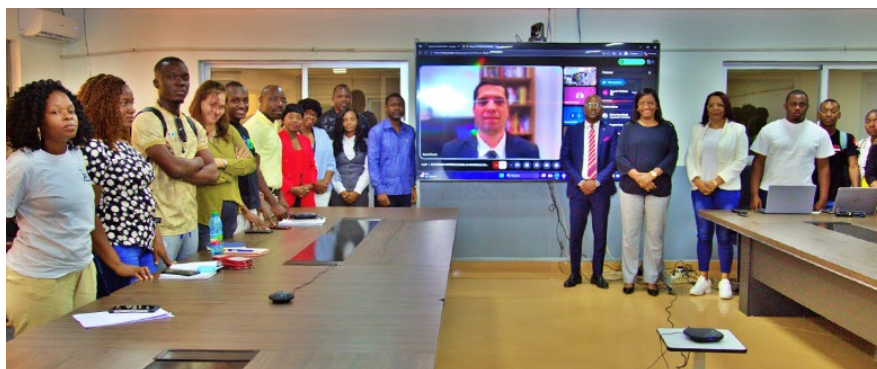
As cidades deverão cumprir as fases do Prêmio, seguindo critérios de pontuação expressos no edital como: criação do Comitê Intersetorial; diagnóstico; orçamento municipal; audiências públicas e discussão do Plano; aprovação, execução e monitoramento do Plano.

Ao final, os municípios serão premiados com selos Ouro, Prata e Bronze. Poderão ser concedidas Menções Honrosas a municípios que apresentem trabalhos relevantes, independentemente da fase do Plano Municipal que esteja.

O resultado final e o local da premiação serão definidos em data ainda a ser divulgada.

AGENDAS E REUNIÕES

Colóquio Internacional sobre Controle Externo nos Países Lusófonos



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, representado pelo Chefe-Técnico da Fiscalização da Unidade Regional de São José dos Campos (UR-7) Rafael Rodrigues da Costa, participou, em 9 de janeiro, do Colóquio Internacional sobre Controle Externo nos Países Lusófonos, promovido pela Universidade Técnica de Angola (UTANGA). Na ocasião, foram discutidas as realidades do controle externo em países lusófonos, destacando-se a experiência do TCESP com seu modelo descentralizado, contando com 20 Unidades Regionais, e o alcance de sua atuação fiscalizatória.

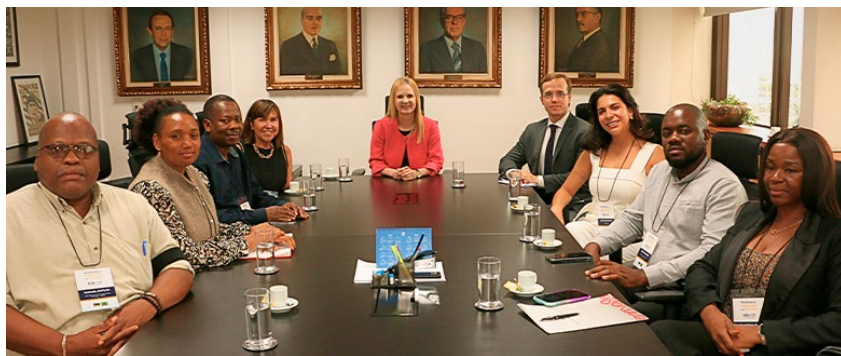
Boas práticas na aplicação de recursos da Saúde



O TCESP participou, no dia 13 de março, de reunião da Câmara Técnica de Saúde do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê e Região (Condemat). O

encontro abordou boas práticas na execução e na prestação de contas de recursos da saúde, com foco em transparência, governança e segurança na aplicação dos recursos do SUS, visando orientar os municípios consorciados. Os debates versaram sobre Terceiro Setor, prestações de contas, emendas parlamentares e IEG-M, além de esclarecer dúvidas do público. A participação do Tribunal buscou fortalecer a aproximação com os jurisdicionados, com ênfase na prevenção de falhas e no aprimoramento da gestão, em linha com seu papel orientador para o uso adequado e transparente dos recursos públicos.

Delegação do Governo de Moçambique para intercâmbio técnico



Com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências em contratações públicas e controle externo, a Corte de Contas paulista recebeu delegação de servidores do Governo de Moçambique para

reunião técnica. Durante o encontro, em 28 de janeiro, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência, foram discutidos temas como digitalização das contratações, uso de sistemas eletrônicos para ampliar a transparência e a eficiência, padronização das compras públicas e competências dos Tribunais de Contas. A programação incluiu ainda visita à Escola Paulista de Contas Públicas e ao Memorial do TCESP.

Reunião técnica com missão internacional da OCDE



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, em sua sede, no dia 12 de março, reunião técnica com especialistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O encontro integrou a agenda da primeira missão da entidade no Estado de São Paulo, no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica com o Governo

do Estado, voltado ao aprimoramento das políticas de integridade pública.

A missão internacional promove reuniões com diferentes órgãos e instituições para compreender o funcionamento das estruturas de controle e governança, contribuindo para o alinhamento das políticas públicas paulistas às melhores práticas internacionais, por meio de recomendações a serem elaboradas pelo grupo. Durante o encontro, foram discutidas práticas institucionais e mecanismos de promoção da integridade e da transparência na administração pública. Na ocasião, o grupo conheceu algumas das atividades e trabalhos de fiscalização realizados pelo TCESP, bem como sua atuação na promoção de boas práticas e no acompanhamento de políticas públicas. Novas interações entre a equipe e o Tribunal devem ocorrer para aprofundamento dos temas discutidos na reunião técnica.

Políticas para mulheres



Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, o TCESP participou, no dia 30 de março, da assinatura de termos de cooperação interinstitucionais realizada no Palácio dos Bandeirantes, na Capital.

A iniciativa reuniu órgãos estaduais e instituições do sistema de Justiça em atuação integrada voltada à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher. Os acordos envolveram o Governo do Estado de São Paulo, o TJSP, o MPSP, a Defensoria Pública, o MPC-SP e o TCESP, com a finalidade de promover ações articuladas e coordenadas entre os órgãos participantes.

As medidas incluíram o compartilhamento seguro de dados, a padronização de fluxos de atendimento, o fortalecimento da rede de proteção e a implementação de ações de acolhimento e apoio às vítimas e seus familiares. Também foram previstas iniciativas de capacitação institucional, acompanhamento de mulheres em situação de risco e promoção de qualificação profissional para ampliação da autonomia financeira das vítimas.

A cooperação também estabeleceu mecanismos de integração entre o Estado e os municípios, com monitoramento contínuo das ações e definição de indicadores para ampliar a efetividade das políticas públicas em todo o território paulista.

No âmbito do TCESP, a participação na iniciativa representou a continuidade das ações voltadas ao aprimoramento das políticas públicas e ao fortalecimento das redes de proteção às mulheres, além da orientação e capacitação dos jurisdicionados quanto à adoção de boas práticas de gestão.

LIVES, CAPACITAÇÕES ONLINE E FERRAMENTAS

Alterações na prestação de contas do SISCOE



O TCESP realizou, em 15 de janeiro, *live* sobre a Prestação de Contas no Sistema de Contas Estaduais (SISCOE). Voltada a servidores estaduais das Unidades Gestoras Executoras (UGEs), a capacitação apresentou as alterações e a nova versão do sistema de prestação de contas do SISCOE referente ao exercício de 2025.

Saúde mental e propósito no serviço público



Em atenção à campanha “Janeiro Branco”, o Tribunal de Contas realizou, em 30 de janeiro, palestra *online* sobre saúde mental. Ministrada pelo fundador do Instituto Trabalhar, pesquisador, palestrante e consultor, Cláudio Brunoro. A *live*

foi voltada a servidores e ao público geral, com o objetivo de conscientizar sobre a importância do bem-estar psicológico, da resiliência e do propósito no serviço público. A iniciativa, organizada pela Diretoria de Saúde e Assistência Social (DASAS) do TCESP, esteve alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diálogos com o Controle Interno – Módulo 1



Com o objetivo de orientar e aprimorar a atuação dos órgãos de Controle Interno, o TCESP realizou a *live* Diálogos com o Controle Interno – Módulo 1, reunindo cerca de 500 participantes. A iniciativa foi direcionada aos controladores

cadastrados no SGCCI e abordou aspectos essenciais relacionados à estruturação, ao planejamento e ao desempenho das atividades de controle interno.

Durante encontro, foram esclarecidas dúvidas em tempo real sobre temas como estrutura administrativa, plano de trabalho, elaboração de relatórios, comunicação de providências e segregação de funções, com previsão de disponibilização de respostas complementares em formato de FAQ. A ação integrou agenda contínua de capacitação do Tribunal, em seu papel orientador e pedagógico.

ODS na prática



O TCESP disponibilizou o quarto módulo da Trilha de Aprendizagem que aborda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O módulo tem como tema “Governo Digital”, e

permite compreender como esta área contribui para a modernização do Estado, promovendo políticas públicas mais acessíveis, integradas e orientadas por dados. Composta por dez módulos, lançados mensalmente, a trilha também disponibiliza conteúdos didáticos, vídeos, manuais, boas práticas, além de indicações de livros, filmes, documentários, *podcasts* e o desafio EPCPlay.

A iniciativa tem como objetivo reunir o conhecimento sobre os ODS e sua relação com as dimensões do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), oferecendo um guia prático aos gestores públicos sobre como melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços disponibilizados aos cidadãos. O primeiro módulo, *Planejamento e Governança*, foi lançado em setembro do ano passado. O segundo módulo, divulgado em novembro de 2025, é *Mitigação e Adaptação aos Impactos da Mudança Climática*. O terceiro é sobre *Gestão de Resíduos e Saneamento Básico*, lançado em dezembro de 2025. Os conteúdos podem ser acessados no ambiente virtual de aprendizagem do TCESP.

Tribunal de Contas discute novas funcionalidades da Fase III Audesp



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou no dia 13 de março a palestra ‘Audesp Fase III – Atos de Pessoal’. A capacitação foi voltada a mostrar as novas funcionalidades do módulo do Sistema de

Auditoria Eletrônica (Audesp), que trabalha com a remessa de dados e atos de pessoal.

Portal dos Conselhos Municipais



Com o intuito de orientar e fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais no acompanhamento na e fiscalização dos recursos públicos destinados à educação básica e à saúde, o TCESP lançou o Portal dos

Conselhos Municipais. O lançamento foi promovido durante o 'I Seminário Educação em Foco: Desafios e Perspectivas da Alimentação Escolar', realizado no dia 6 de fevereiro, no Auditório Nobre, evidenciando o compromisso institucional com a transparência e o controle social. A ferramenta disponibilizou aos Conselheiros acesso a dados, guias, manuais, vídeos, bases de consulta e cursos de capacitação, abrangendo áreas como Conselho Municipal de Saúde, CACS-Fundeb e trilhas de aprendizagem voltadas à participação popular. Com isso, a Corte busca aprimorar a fiscalização da aplicação dos recursos e fortalecer a gestão local. O acesso ao Portal pode ser realizado por meio do link: <https://go.tce.sp.gov.br/so9p4q>.

Mudanças climáticas e gestão municipal



O TCESP, por meio do Observatório do Futuro e da Diretoria de Contas do Governador, promoveu, no dia 29 de janeiro, treinamento para os Auditores sobre mudanças climáticas e a atuação dos governos

municipais. A capacitação abordou a experiência do TCESP no projeto “Painel Clima Brasil”, iniciativa nacional que envolve Tribunais de Contas e organismos internacionais, e buscou preparar os servidores para avaliar o grau de preparo dos municípios diante dos impactos climáticos, considerando aspectos de governança, políticas públicas e financiamento. A *live* também destacou a importância de incorporar o tema às decisões de gestão pública.

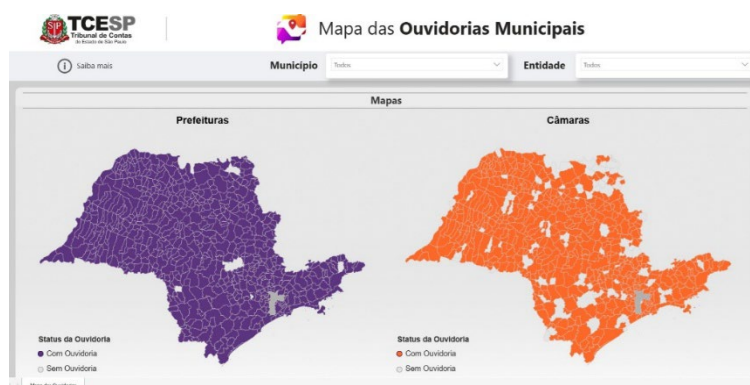
Lives das sessões e do Tribunal Pleno



As sessões da Primeira e Segunda Câmaras todas as terças-feiras e do Tribunal Pleno, às quartas-feiras, são transmitidos pela TVTCE, pelo Facebook e pelo canal oficial da Corte no YouTube. Após o encerramento, as

sessões ficam disponíveis para acesso na plataforma de vídeos.

Mapa das Ouvidorias Municipais



O TCESP disponibilizou em março o Mapa das Ouvidorias Municipais – Poderes Executivo e Legislativo, uma ferramenta interativa que reúne informações atualizadas sobre as Ouvidorias instaladas nas Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado de São Paulo. Através do

mapa, o cidadão pode localizar facilmente os canais de atendimento disponíveis, enquanto os gestores públicos têm acesso a um panorama que contribui para o fortalecimento e aprimoramento dessas importantes unidades de atendimento e controle social.

As informações sobre as Ouvidorias das Prefeituras Municipais foram obtidas a partir de bases públicas, com o uso de ferramentas de inteligência artificial e extraídas diretamente do IEGM 2024. Esses dados foram posteriormente verificados por servidores do TCESP nos portais institucionais das prefeituras, permanecendo sob a responsabilidade das administrações municipais. Já os dados das Câmaras Municipais foram coletados por meio de um questionário eletrônico, conforme previsto no Comunicado GP nº 05/2026. As informações fornecidas são de responsabilidade exclusiva das respectivas Casas Legislativas. O mapa pode ser acessado por meio da página da Ouvidoria do TCESP.

ALERTAS, COMUNICADOS E QUESTIONÁRIOS

Recursos de emendas parlamentares



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do Comunicado GP nº 01/2026, alertou as Prefeituras paulistas sobre a necessidade de adoção de providências para o correto

cumprimento dos procedimentos relativos aos recursos provenientes de emendas parlamentares, desde a aprovação nos orçamentos até sua execução. A orientação considerou o acompanhamento do tema pela Corte desde 2023 e as determinações do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 854, que ampliaram as responsabilidades do Tribunal na fiscalização da matéria.

Ouvidorias nas Câmaras Municipais paulistas



Com vistas a ampliar a transparência e aprimorar o mapeamento das estruturas de Ouvidoria no âmbito municipal, o TCESP emitiu comunicado às Câmaras Municipais paulistas com

questionário, de preenchimento obrigatório, a obrigatório sobre Ouvidorias. O Comunicado GP nº 05/2026 também informou a consolidação dos dados no Mapa das Ouvidorias Municipais – Poderes Legislativo e Executivo. A iniciativa reforça o compromisso do Tribunal com o controle social, a participação cidadã e o fortalecimento das Ouvidorias públicas como instrumentos de governança e *accountability*.

Pagamentos relacionados à Lei Complementar nº 226/2026



O TCESP disponibilizou no DOE-TCESP de 22 de janeiro o Comunicado GP nº 02/2026, com orientações aos municípios sobre a adoção de cautelas antes da realização de pagamentos decorrentes

da Lei Complementar nº 226/2026, conhecida como “Lei do Descongela”.

O Tribunal alertou que, para pagamentos decorrentes da contagem de tempo de serviço durante o período da pandemia, é indispensável a comprovação prévia da existência de recursos orçamentários. A preocupação central é garantir que as despesas estejam compatíveis com o planejamento financeiro. O comunicado destacou que a adoção dessas medidas deve ser feita com responsabilidade e planejamento, evitando impactos negativos na execução do orçamento municipal ao longo do exercício. A orientação teve caráter preventivo e pedagógico, pontuando a necessidade de equilíbrio das contas públicas.

Diagnóstico sobre Dívida Ativa nos municípios paulistas



Por meio do Comunicado GP nº 07/2026, o TCESP estabeleceu a obrigatoriedade de preenchimento, pelos Prefeitos, de questionário eletrônico de diagnóstico sobre a Dívida Ativa. A

iniciativa teve por finalidade subsidiar as atividades ordinárias de fiscalização das contas municipais. O formulário, contemplou aspectos relacionados à estrutura organizacional da gestão da Dívida Ativa, incluindo a identificação do órgão responsável, a existência de Procuradorias Municipais, a composição das equipes envolvidas, bem como dados sobre mecanismos de cobrança judicial e extrajudicial.

Regulamentação da Educação em tempo integral



Com o objetivo de assegurar melhores condições de planejamento e adequação normativa por parte dos sistemas de ensino, o TCESP comunicou a prorrogação do prazo para revisão

e atualização dos atos que regulamentam a Educação Integral em Tempo Integral nas redes públicas municipais, fixando a nova data em 1º de julho de 2026.

A medida decorreu de alteração promovida pela Resolução CNE/CEB nº 1/2026, que modificou dispositivo da norma anteriormente vigente, justificando a ampliação do prazo inicialmente previsto. O Comunicado SDG nº 04/2026, disponibilizado no DOE-TCESP de 20 de fevereiro, destacou que a nova data se aplica tanto aos entes que já possuem regulamentação quanto àqueles que ainda não dispõem de normativo específico, devendo, nesse caso, promovê-lo e instituí-lo até o prazo estabelecido, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes.

Dados sobre políticas públicas voltadas à Primeira Infância



O TCESP alertou os jurisdicionados sobre o levantamento nacional do Ministério da Educação junto a Estados e Municípios sobre políticas públicas voltadas à

Primeira Infância. A iniciativa do MEC teve como objetivo identificar a existência e a atualização dos planos de Primeira Infância, em conformidade com a Política Nacional Integrada da área.

Assim, o Comunicado SDG nº 09/2026 recomendou especial atenção dos gestores ao atendimento da solicitação do MEC, em razão da relevância do levantamento para o fortalecimento das políticas públicas destinadas às crianças de zero a seis anos.

AGENDAS SOCIAIS

Agenda Ambiental na Administração Pública



O Tribunal oficializou sua adesão ao Selo A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima voltada à promoção de práticas sustentáveis

no setor público. A adesão reforçou a estratégia institucional do TCESP de integrar a sustentabilidade às rotinas administrativas, auditorias e ações de capacitação, alinhando-se ao seu planejamento estratégico e ao compromisso com o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030. A iniciativa também consolidou ações já implementadas pelo Tribunal na área ambiental, como a Política Institucional de Sustentabilidade, a restrição ao uso de plásticos descartáveis e o Plano de Logística Sustentável, ampliando a transparência e o monitoramento de práticas voltadas à responsabilidade socioambiental.

Rede Equidade



Com o objetivo de fortalecer políticas institucionais voltadas à diversidade, inclusão e equidade, o TCESP aderiu à Rede Equidade, iniciativa coordenada pelo Senado Federal. Com a formalização do

acordo, a Corte tornou-se o primeiro Tribunal de Contas estadual a integrar a rede, passando a atuar em conjunto com outras instituições públicas na promoção de boas práticas de governança e responsabilidade social. A adesão também ampliou a participação do TCESP em ações colaborativas, como capacitações, grupos de trabalho e projetos institucionais, além de reforçar iniciativas já desenvolvidas no âmbito da Agenda 2030, especialmente aquelas relacionadas à igualdade e à redução de desigualdades no setor público.

DIVULGAÇÕES

Mulheres que Transformam



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) lançou em 20 de março a primeira edição do especial 'Mulheres que transformam'. Trata-se de uma série de programas com entrevistas realizadas com lideranças femininas da magistratura, academia e dos Tribunais de Contas do

Brasil. O objetivo é celebrar o mês da mulher e dar visibilidade aos diversos papéis assumidos por elas. Os programas contam com a apresentação da jornalista Karyn Bravo e, na primeira edição, foram convidadas a Procuradora-Geral do Estado de São Paulo, Inês dos Santos Coimbra, e a Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e advogada, Edilene Lôbo. O programa é realizado na esteira do evento "Mulheres do Controle Externo: Desafios contemporâneos da Auditoria Pública", realizado em 9 de março, na sede do TCESP.

Controle externo: Ronny Charles Lopes de Torres e Iberê de Castro Dias



Em março, foram ao ar duas edições inéditas do Programa Controle Externo. Um dos convidados foi o Especialista em Direito Administrativo Ronny Charles Lopes de Torres. Gravado durante o 30º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento Pessoal (CAAPEFIS), em Campos do Jordão (SP), o programa foi

exibido no canal oficial da Corte de Contas paulista no YouTube, com transmissão simultânea pela TV Alesp. O segundo convidado foi o Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Iberê de Castro Dias.

Jornal da Atricon



Houve divulgação de conteúdos associados ao TCESP no jornal da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) nos meses de fevereiro e março. O jornal é o noticiário oficial da Atricon, criado para divulgar as principais ações, inovações,

decisões e o andamento dos órgãos de controle externo em todo o país. Foram divulgados conteúdos sobre o encontro “Caminhos para a Primeira Infância – Políticas que Transformam” e o evento “Mulheres no Controle Externo”, ambos realizados no TCESP.

2. CORPO DIRETIVO

No dia 2 de fevereiro de 2026, tomaram posse, para o mandato de um ano, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente, o Conselheiro Dimas Ramalho, Vice-Presidente, e o Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento do TCESP passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**

Conselheiro **WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**

Conselheiro **CARLOS CEZAR**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h00

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**

Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

Conselheiro **WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**

Conselheiro **CARLOS CEZAR**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

3. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

3.1 ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **8.231 processos eletrônicos**:

Tabela 1 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores e Gabinete da Presidência)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCCCS	GCDER	GCMAB	GCMV	GCRMC	GCWCR	CCS-A	GP	
Ações	-	3	1	-	1	1	-	-	6
Adiantamentos	9	8	8	9	7	10	-	-	51
Atos de Pessoal	1	1	1	1	2	1	456	-	463
Balanço Geral do Exercício	19	20	64	18	34	92	604	-	851
Concurso Público	3	1	-	2	1	-	-	-	7
Contas de Câmara	107	107	108	107	108	107	-	-	644
Contas de Prefeitura	172	173	176	168	175	168	-	-	1.032
Contas do Governador	-	-	-	5	-	-	-	-	5
Contratos	146	131	137	141	187	138	537	22	1.439
Cautelar em Procedimento de Contratação - CPC	153	152	153	129	149	147	-	-	883
Cautelar de Suspensão de Pagamentos - CSP	3	1	3	2	3	1	-	1	14
Expedientes	7	12	13	7	13	25	8	325	410
Expedientes do Ministério Público	5	8	3	6	5	10	6	175	218
Expedientes do Poder Judiciário	-	1	-	1	-	-	-	48	50
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Multas e sanções	-	-	-	-	-	-	-	34	34
Recursos	65	86	64	69	73	71	5	25	458
Relatório de Fiscalização	181	122	134	137	154	124	-	-	852
Repasses Públicos	52	86	66	83	103	88	84	8	570
Representação	27	12	18	47	17	24	49	3	197
Tomada de Contas - Previdência	-	-	-	-	-	-	45	-	45
Total Geral	950	924	949	932	1.032	1.007	1.794	643	8.231

3.2 FÍSICOS

No primeiro trimestre de 2026, foram distribuídos aos julgadores 4 processos físicos, dos quais 1 referente a Contrato, 1 a Prestação de Contas de Repasses a Órgãos Públicos – Convênio de Valor Superior e 2 a Prestação de Contas de Repasses ao Terceiro Setor/Entidade Privada – Convênio.

4. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

4.1 TRIBUNAL PLENO

No primeiro trimestre do exercício, foram realizadas **6 sessões ordinárias, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **243 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **826 representações em sede de Cautelar em Procedimento de Contratação**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes da homologação do certame ou da autorização da autoridade competente) de procedimentos de licitação de órgãos e entidades jurisdicionados/procedimentos de contratação direta, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em **4 sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa.**

4.2 PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **7 sessões ordinárias**. Apreciaram, ao todo, **588 e 565 processos**, respectivamente.

4.3 DECISÕES SINGULARES - CONSELHEIROS

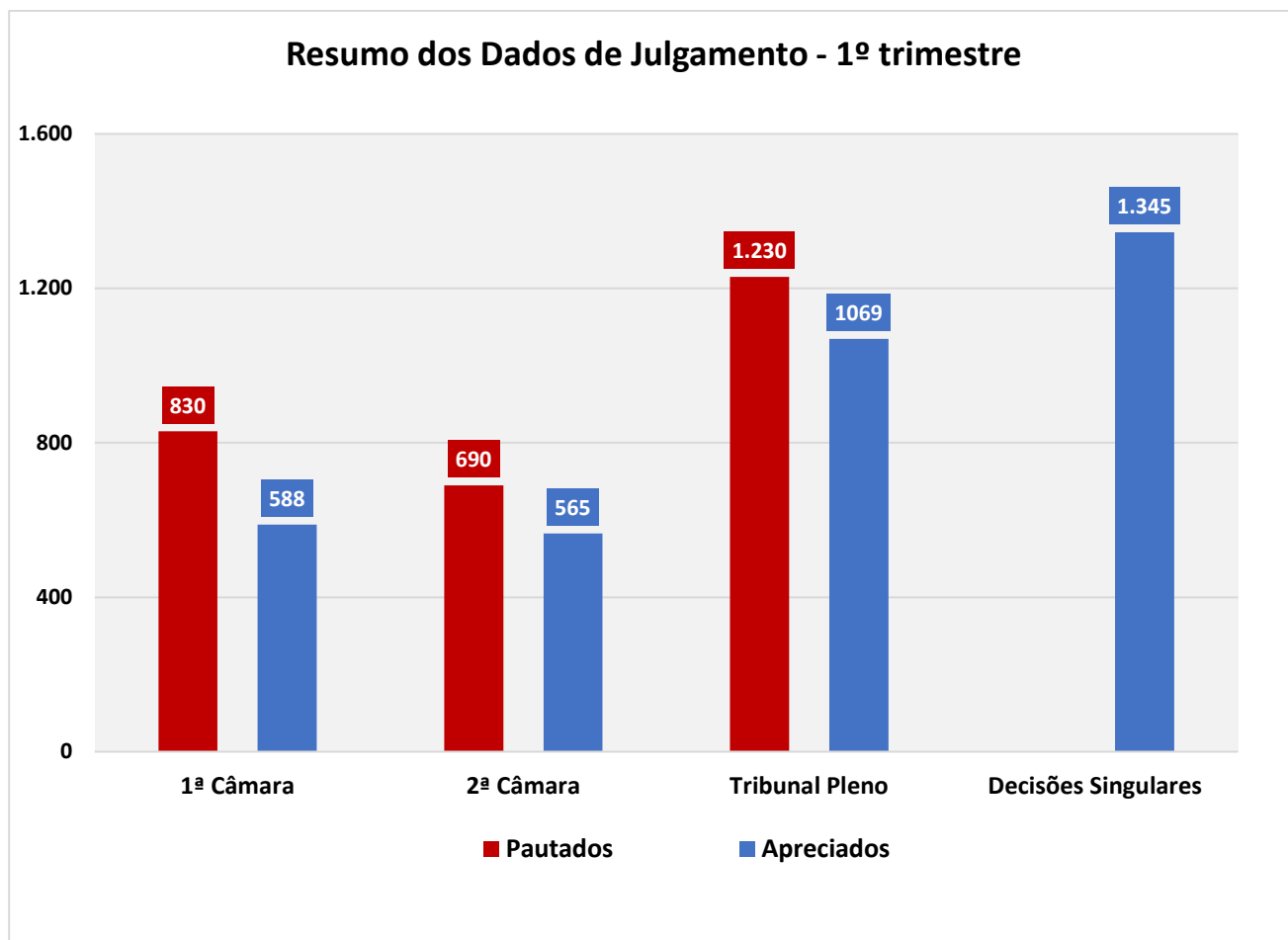
No período, **foram proferidas 92 sentenças**, publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

4.4 CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES

O Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criados pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em ausências e impedimentos, e, no trimestre, as **matérias tratadas em 1.253 autos foram julgadas pelos Senhores Conselheiros Substitutos - Auditores**.

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 1º trimestre



4.5 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo órgão **6.687 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

4.6 PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é necessário o trânsito de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o primeiro trimestre de 2026, o órgão se manifestou em **1.157 feitos**.

5 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

5.1 SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, **manifestou-se em 582 processos**.

5.1.1 Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral. Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) **3.023 processos**, dos quais **213 resultaram em notas taquigráficas** (SDG-1). Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **6.658 certidões**.

5.1.2 Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **4.229 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	19	27	35	81
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1	-	-	1
AUTARQUIA ESTADUAL	1	1	2	4
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	13	2	3	18
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	-	-	1	1
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	2	-	2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	2	1	1	4
SECRETARIA	1	2	-	3
TRIBUNAL	1	-	1	2
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	1	16	14	31
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	1	1	2
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	11	578	286	875
TOTAIS	50	630	344	1.024

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	83	139	144	366
AUTARQUIA MUNICIPAL	-	-	26	26
CÂMARA MUNICIPAL	-	7	117	124
CONSÓRCIO MUNICIPAL	1	1	3	5
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	-	-	2	2
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	3	3
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	5	16	9	30
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	-	-	3	3
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	-	1	-	1
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	2	2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	1	-	4	5
PREFEITURA MUNICIPAL	9	6	29	44
TOTAIS	99	170	342	611

Foram instruídos **4.183 processos eletrônicos**, sendo a maioria referente à análise e ao acompanhamento de contratos, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

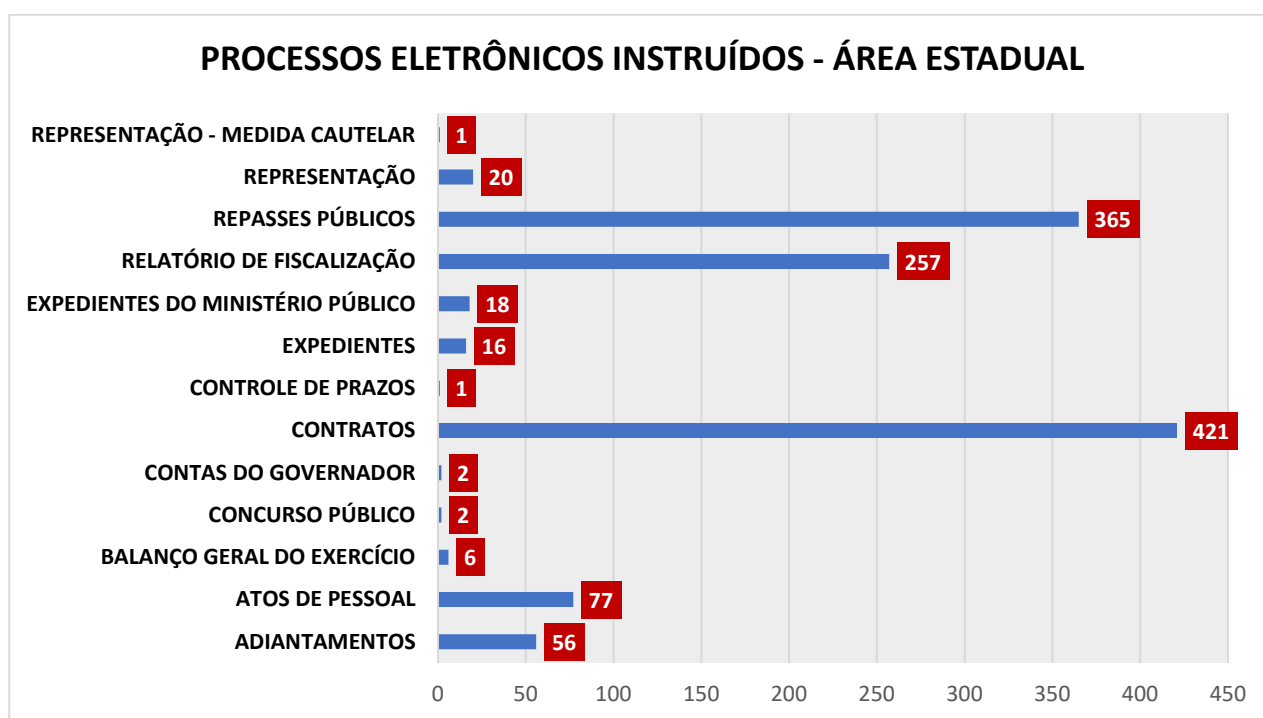
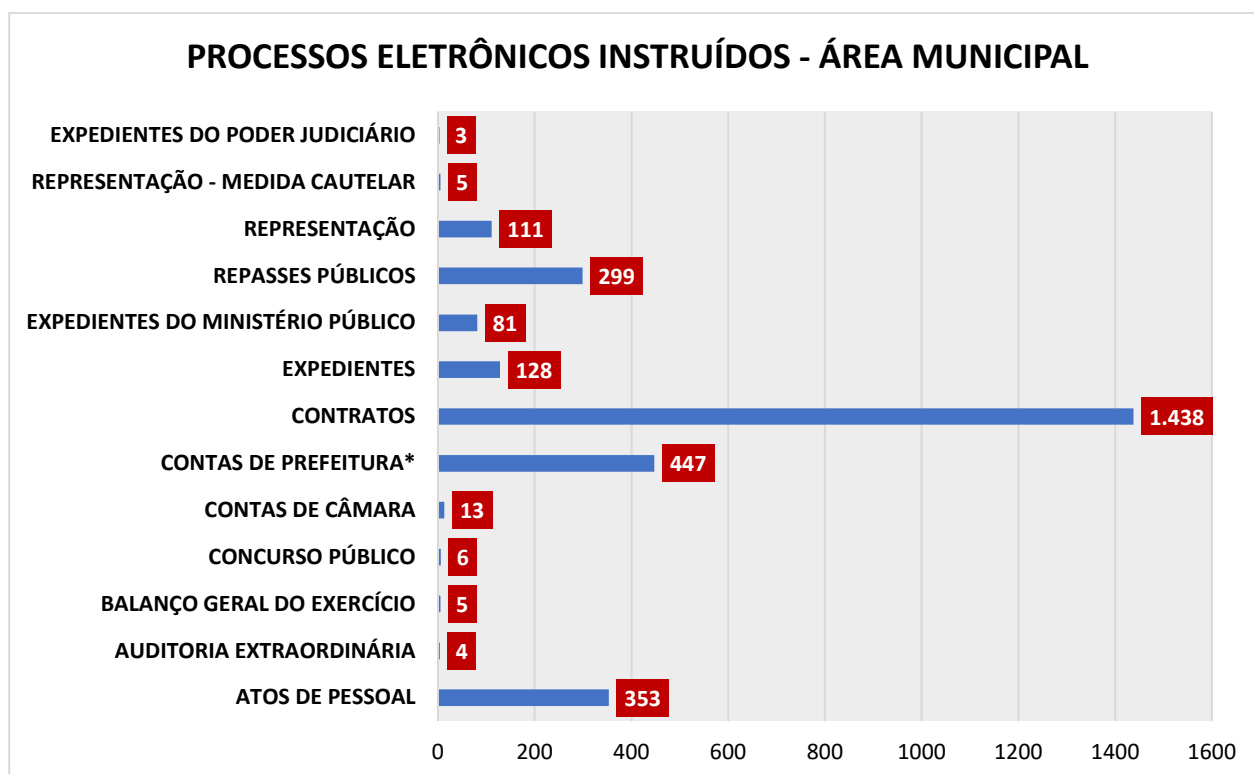


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

5.1.3 Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **19 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **67 processos** com objetos da mesma natureza. No final de março, o Núcleo registrou um total de **86 autos sob seu acompanhamento**.

5.1.4 Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, o DIPE exarou **1.713 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

5.1.5 Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Audesp, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados.

Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No primeiro trimestre de 2026, o órgão **conduziu 52 atividades**, por meio de suas seções técnicas.

5.2 DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência do Tribunal de Contas e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.887 processos**.

5.2.1 Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

5.2.2 Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 18.387, de 06 de janeiro de 2026, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026” foi elaborado em observância à Lei n.º 18.178, de 16 de julho de 2025 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2026”.

A dotação para **as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.340.180.531,00**, sendo R\$ 1.324.605.611,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 15.574.920,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 18.178/25), o Decreto n.º 70.333, de 12 de janeiro de 2026, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2026 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 15 de janeiro de 2026.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2026 (Decreto n.º 70.333/2026) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 1.800.000,00**, através do expediente gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. **Expediente n.º 02001/2026-1-0002**, concluído em 23/01/2026 gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando a **Crédito Suplementar**, no valor de **R\$ 1.800.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, na seguinte conformidade - Redução: 33.90.15 (Diárias Militar) - Os valores serão reduzidos do PT 01032020048210000 - CONTROLE E FISCALIZ. FINANCEIRA /ORÇAMENTÁRIA, fonte 150010001 - TESOIRO-GERAL, Grupo 3 –CUSTEIO 339015 – DIÁRIAS MILITAR , no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) e serão suplementados na órgão 18000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, UO 18004 - Polícia Militar do Estado de São Paulo, elemento de despesa 339015, programa de Trabalho Resumido 180422 (06181181949930000), resultando na mesma finalidade, ou seja, realização da vigilância nos prédios do Tribunal de Contas do Estado de SP, realizado pela própria Polícia Militar do Estado de SP, em substituição da utilização de empresa terceirizada de Vigilância contratada, nos termos do Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/22 - **Valor Total: R\$ 1.800.000,00**.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2026, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Fevereiro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Março	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Abril	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Maio	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Junho	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Julho	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Agosto	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Setembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Outubro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Novembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Dezembro	90.557.140	19.036.456	1.276.327	-	20.312.783	110.869.923
TOTAL	1.081.924.396	227.432.809	15.248.406	-	242.681.215	1.324.605.611

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Fevereiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Março	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Abril	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Maio	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Junho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Julho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Agosto	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Setembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Outubro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Novembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Dezembro	1.303.641	-	-	1.303.641	112.173.564
TOTAL	15.574.920	-	-	15.574.920	1.340.180.531

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Fevereiro	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Março	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Abril	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Mai	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Junho	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Julho	90.124.296	18.687.123	1.270.189	-	19.957.312	110.081.608
Agosto	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Setembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Outubro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Novembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Dezembro	90.557.140	19.036.456	1.276.327	-	20.312.783	110.869.923
TOTAL	1.081.924.396	225.632.809	15.248.406	-	240.881.215	1.322.805.611

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Fevereiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Março	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Abril	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Maio	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Junho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Julho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.378.997
Agosto	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Setembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Outubro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Novembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Dezembro	1.303.641	-	-	1.303.641	112.173.564
TOTAL	15.574.920	-	-	15.574.920	1.338.380.531

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	86.079.055,83	34.974.375,65	1.351.936,11	-	36.326.311,76	122.405.367,59
Fevereiro	77.909.221,48	40.215.038,31	1.519.988,17	-	41.735.026,48	119.644.247,96
Março	79.042.116,19	24.656.783,51	121.636,32	-	24.778.419,83	103.820.536,02
TOTAL	243.030.393,50	99.846.197,47	2.993.560,60	-	102.839.758,07	345.870.151,57

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	122.405.367,59
Fevereiro	188.939,00	-	-	188.939,00	119.833.186,96
Março	70.129,40	-	-	70.129,40	103.890.665,42
TOTAL	259.068,40	-	-	259.068,40	346.129.219,97

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	86.079.055,83	10.671.159,59	185.638,90	-	10.856.798,49	96.935.854,32
Fevereiro	77.545.164,69	13.370.470,38	1.175.300,79	-	14.545.771,17	92.090.935,86
Março	79.046.913,80	13.232.946,62	384.177,65	-	13.617.124,27	92.664.038,07
TOTAL	242.671.134,32	37.274.576,59	1.745.117,34	-	39.019.693,93	281.690.828,25

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	96.935.854,32
Fevereiro	-	-	-	-	92.090.935,86
Março	45.624,40	-	-	45.624,40	92.709.662,47
TOTAL	45.624,40	-	-	45.624,40	281.736.452,65

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

5.3 DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Diretorias de Sistemas (DSIS), Tecnologia (DTEC) e Segurança da Informação (DSEG), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos; guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, dentre as ações desenvolvidas, destacam-se a continuidade da expansão e do suporte ao **sistema ANIA** junto aos órgãos públicos, a **atualização do Sistema SEI** para a versão 5.0, bem como a realização de reuniões, treinamentos e cursos voltados à disseminação e ao aprimoramento do uso da plataforma.

As **Seções Técnicas DTI-1 e DTI-2** desenvolveram e disponibilizaram diversos painéis e questionários institucionais, entre os quais o Sistema de Coleta de Eixos Temáticos (SCET), o Painel Clima SP, o Diagnóstico de Gestão e Cobrança da Dívida Ativa Municipal, o Mapa das Ouvidorias das Câmaras Municipais, o IEG-Prev, o *Infosite* IEG-M, o Painel do Terceiro Setor e o Painel Visor. Houve, ainda, a inclusão de módulo no aplicativo “Bem TCESP”, além do suporte à execução da I Fiscalização Ordenada.

Na área de desenvolvimento de sistemas, a **Divisão de Sistemas (DSIS)** **implantou novas funcionalidades e integrações**, contemplando melhorias no SisGRF, no sistema de diárias, no Audesp Fase IV, no Auxílio-Escola, na atualização cadastral de aposentados e no sistema de delegações.

A **Divisão de Tecnologia (DTEC)**, por sua vez, prestou **suporte às sessões virtuais das Câmaras e do Tribunal Pleno, configurou e disponibilizou 255 equipamentos** — majoritariamente *notebooks* — e realizou **2.052 atendimentos telefônicos**. No período, foram registrados **8.118 chamados técnicos**, dos quais 89,54% foram devidamente finalizados.

No campo da Segurança da Informação, **não houve registro de incidentes graves sem tratamento**. A infraestrutura de segurança **bloqueou 9.739 ataques, tratou 2.548 incidentes e removeu ou bloqueou 123.965 malwares**.

5.4 GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua, ainda, na área do contencioso, representando o TCESP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **119 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP totalizou **592 processos e expedientes eletrônicos e físicos**, inclusive com prestação de informações à Procuradoria Geral do Estado. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **11 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

5.5 ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP

Vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, a partir da publicação da Resolução nº 13, de 29 de maio de 2024, a **Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” – EPCP** realizou **46 eventos**, dentre reuniões, cursos e seminários, que contaram com **4.075 participantes presenciais e 24.592 visualizações**.

Do setor, destacaram-se as seguintes atividades no primeiro trimestre:

- a) **30º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento Pessoal da Fiscalização, Administração e Tecnologia (CAAPEFIS)**: capacitação de caráter estratégico e realizada anualmente, a edição comemorativa dos 30 anos do CAAPEFIS

reuniu 522 servidores, entre participantes e equipes de apoio, no município de Campos do Jordão/SP, consolidando-se como relevante iniciativa de aperfeiçoamento, integração e atualização profissional no âmbito do Tribunal.

- b) Curso de Formação de Novos Servidores:** realizado entre os dias 2 e 12 de fevereiro, contemplou 134 Auditores de Controle Externo, das áreas de Fiscalização e Administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- c) Curso de Extensão Previdência Própria na Prática:** o curso avançado “Relatórios, Investimentos e Atuária”, realizado no formato presencial e com carga horária total de 72 horas-aula, foi voltado à especialização do público interno que atua na área de Previdência, estando estruturado em três módulos: “Relatórios”, “Investimentos” e “Atuária”.
- d) 1ª Reunião Ordinária Conjunta das Instâncias de Conselheiros e Técnicos:** realizada nos dias 24 e 25 de março de 2026, em parceria com a Comissão de Eventos do TCESP e o Instituto Rui Barbosa, a reunião teve como objetivo a definição da metodologia e do cronograma de execução da Auditoria Nacional de Alfabetização e Aprendizagem.
- e) Mulheres no Controle Externo:** realizado em 9 de março de 2026, em conjunto com o MPC-SP, no Auditório do Tribunal, com participação presencial e transmissão on-line, o evento teve por objetivo fomentar o debate acerca dos desafios contemporâneos da auditoria pública, com especial enfoque na atuação das mulheres no sistema de controle externo, destacando experiências, boas práticas, inovação, governança e liderança feminina nos órgãos de fiscalização e controle.
- f) I Encontro do evento “Caminhos para a Primeira Infância – Políticas que Transformam”:** O TCESP, em parceria com o TJSP, realizou, no dia 29 de janeiro, o primeiro encontro do evento “Caminhos para a Primeira Infância – Políticas que Transformam”, iniciativa voltada ao fortalecimento e à promoção de políticas públicas direcionadas à primeira infância.

Tabela 12 - Atividades da EPCP - 1º trimestre

1º trimestre de 2026	Quantidade	Número de participantes	Participantes on-line/visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	41	4.075	24.592
<i>Podcontas</i>	4	-	600
TOTAL	45	4.075	25.192

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – registrou mais de **3 mil acessos às bibliotecas virtuais** disponibilizadas aos servidores e prestou atendimento presencial a mais de **50 usuários**. Já o **Memorial** da Corte de Contas paulista, que tem suas atividades supervisionadas pela EPCP, recebeu **88 visitantes**, sendo 36 oriundos do público interno – servidores, estagiários e terceirizados – e 52 externos, incluindo os alunos participantes do programa “Conheça o TCESP”.

5.6 DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC

Criada pela Resolução nº 02/2025, a Diretoria de Gerenciamento de Processos - DPROC é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte (e-TCESP). No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 13 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos

	Descrição	JAN	FEV	MAR	Total
Atendimentos	Telefone	363	433	554	1.350
	Fale Conosco	632	648	747	2.027
	“Web”	224	206	260	690
	E-mail	22	20	12	54
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	381	420	469	1.270
	API/WhatsApp/Presencial	2	1	2	5
Cópias Digitais (CDs) - íntegras de processos		196	320	385	901
Envio de e-mails (Comunicados)		145	330	183	658
SEI		101	107	92	300
Cadastros	Advogados	104	154	182	440
	Partes	512	589	585	1.686
	Órgãos	46	50	15	111
	Participação PILOTO ¹	2	2	5	9

Em relação às atividades sistêmicas voltadas ao desenvolvimento, à evolução e à manutenção do e-TCESP, destacaram-se a disponibilização dos ambientes de produção e piloto para acesso via internet; a atualização e validação de dados dos órgãos jurisdicionados, especialmente quanto ao porte dos municípios; e o desenvolvimento de

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

funcionalidades para armazenamento e consideração do risco na distribuição de processos de Contas de Previdência Municipal. Também foram realizados testes de pré-autuação de contas em ambientes de testes e homologação, a autuação das Contas Anuais do exercício de 2026, a implementação de relatório de situação geral dos processos e estudos referentes ao novo certificado raiz ICP-Brasil v12, além da disponibilização de nova versão do Assinador Externo. No período, houve ainda a adequação do sistema ao novo formato alfanumérico de CNPJs, o desenvolvimento de fluxo de autenticação integrado ao SSO-TCESP (gov.br e Microsoft), a análise das configurações de níveis de acesso de processos e documentos, bem como ajustes e aperfeiçoamentos realizados no sistema Radar+.

5.7 DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, e vinculada ao Gabinete da Presidência, a Diretoria de Coordenação Estratégica (DCE) possui, entre suas atribuições, o **acompanhamento e a coordenação dos processos de planejamento e das informações gerenciais**, de forma integrada e voltada ao contínuo aprimoramento institucional.

No período, no âmbito da gestão e monitoramento do **Plano Estratégico 2022-2026**, a **DCE-1** concentrou esforços no **balanço das entregas de 2025**, na **definição do Portfólio Prioritário de 2026** e na continuidade de projetos estratégicos e iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da instituição. O monitoramento do portfólio indicou **que 58% dos projetos cumpriram integralmente suas metas, 37% atingiram parcialmente os objetivos previstos e 5% passaram por replanejamento**. Dos entregáveis vinculados aos 19 projetos priorizados em 2025, 75% encontravam-se concluídos ao final de fevereiro de 2026, 21% estavam programados para execução ao longo de 2026 e 4% foram descontinuados ou demandaram replanejamento.

Durante a 30ª edição do CAAPEFIS, a DCE promoveu oficina voltada à definição e acompanhamento de resultados-chave, com apresentação da metodologia OKRs (*Objectives and Key Results*) e sua aplicação prática em processos internos da instituição. Também participou da apresentação referente ao projeto “Viva TCESP”.

A definição do Portfólio Prioritário de 2026 ocorreu de forma colaborativa, mediante **reuniões estratégicas** entre o Gabinete do Conselheiro Coordenador, gestores de objetivos estratégicos, Diretores de Departamentos, Secretaria-Diretoria Geral e Gabinete da Presidência, culminando na **fixação de 20 projetos prioritários**, dos quais seis deram continuidade a temas já priorizados em 2025 e 14 trataram de temas inéditos. Ao final do trimestre, o **Portfólio do Plano Estratégico 2022-2026 contava com 228 projetos, sendo 135 concluídos, 53 em andamento e 40 ainda não iniciados**.

No mesmo período, a **DCE-2** atuou no **fortalecimento da articulação institucional com unidades de inteligência de órgãos e entidades públicas, promovendo intercâmbio de conhecimentos e boas práticas** com Unidades de Informações Estratégicas de outros Tribunais de Contas, além da realização de reuniões e atividades conjuntas com o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, a Polícia Civil do Estado de São Paulo e outras instituições.

A **DCE-2** também manteve **participação ativa em instâncias de articulação institucional**, com destaque para a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo da Atricon (Rede InfoContas), o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e o Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCOSP).

Destacam-se, ainda, a **elaboração de Relatórios Internos de Informações Gerenciais (RIG)**, a continuidade das tratativas para **celebração de Acordos de Cooperação Técnica** com instituições financeiras, a formalização do Projeto Rede Interna de Inteligência do TCESP e o prosseguimento do **Projeto Relatório para Gestão de Prazos de Processos Eletrônicos**, voltado ao aprimoramento do gerenciamento de processos no e-TCESP e à mitigação de riscos relacionados ao descumprimento de prazos.

5.8 DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio à Presidência e à Chefia de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos

expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos.

A Diretoria também cuida da distribuição de processos, bem como sua redistribuição ou quaisquer outras adequações decorrentes de proposta consignada nos autos.

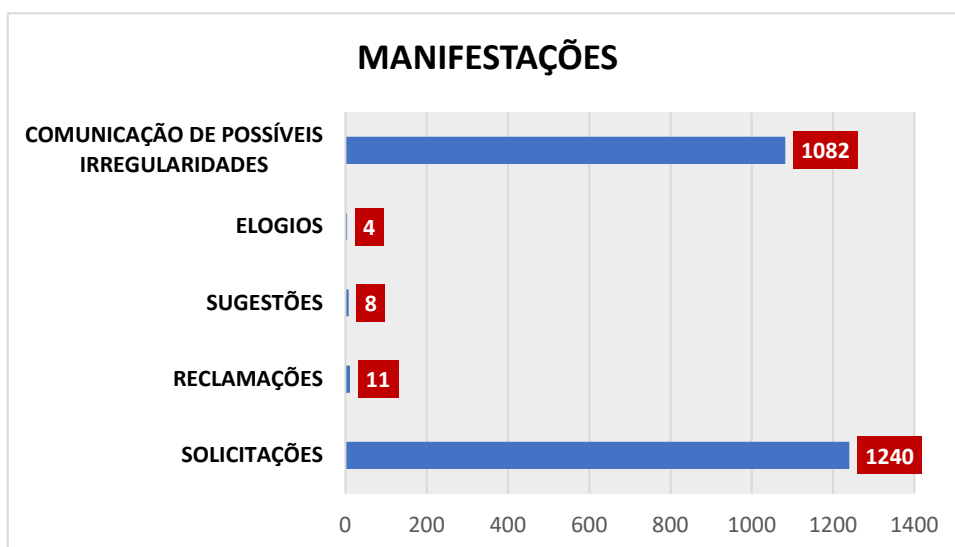
No período, a Diretoria preparou **920 despachos** no âmbito do **Sistema SEI (administrativo)**, além de **662 minutas de despachos** no **e-TCESP**.

A DEP também conduziu as tarefas necessárias à realização de **4 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno, 38 Sustentações Orais e 180 Memoriais**. Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

5.9 OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, a Ouvidoria é vinculada à Presidência, e atua como instrumento de comunicação e participação do cidadão no aperfeiçoamento dos serviços prestados por esta Corte à sociedade, tendo realizado **2.345 atendimentos** neste trimestre. A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **63 pedidos** de informações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



5.10 CONTROLADORIA INTERNA

Conforme estabelecido pela **Resolução nº 06/2021**, a Controladoria do TCESP atua como o órgão central do Sistema de Controle Interno do Tribunal. A sua função primordial é assessorar a Presidência e os gestores internos, **zelando pela observância dos princípios constitucionais da Administração Pública**, o que envolve avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, comprovar a legalidade, eficácia e eficiência da gestão financeira e patrimonial, e **promover o gerenciamento de riscos e a melhoria contínua da qualidade do gasto público** dentro da estrutura do próprio TCESP.

5.11 DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS

Instituída pela Resolução nº 22, de 12 de dezembro de 2023, a Diretoria de Comunicação Social (DCS) do TCESP é responsável pelo **planejamento e desenvolvimento de ações de comunicação institucional voltadas à valorização da missão constitucional da Corte**, promovendo o **adequado fluxo de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores**.

No período, a **Seção de Jornalismo e Mídia Digital** concentrou esforços na comunicação institucional interna e externa, realizando a **publicação de 334 conteúdos nos canais oficiais do Tribunal**, entre notícias, comunicados, fotos-legendas e inserções em calendário institucional.

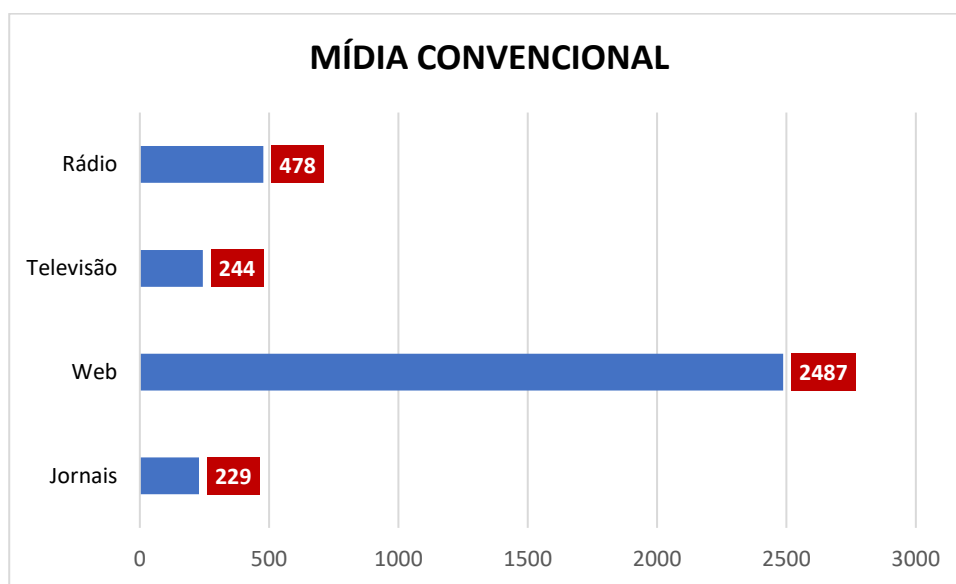
Os **portais do TCESP registraram mais de 304 mil usuários e 2,3 milhões de visualizações**, além de **17 publicações institucionais**, entre artigos técnicos e boletins especializados sobre licitações, contratos e jurisprudência.

Destaca-se, ainda, a elaboração de **newsletters semanais com as principais notícias, decisões e julgamentos da Corte**. No trimestre, foram produzidas **sete edições, encaminhadas a 30.132 contatos, dos quais 28.295 externos e 1.837 internos**, abrangendo servidores da Capital e das Unidades Regionais.

Nas redes sociais, a DCS realizou **465 publicações no Instagram, Facebook e YouTube**. O Instagram alcançou quase **1,5 milhão de visualizações e cerca de 51 mil interações**, enquanto o canal do Tribunal no YouTube registrou mais de **48 mil visualizações e 91 horas de transmissões ao vivo**.

Ressalta-se, por fim, a atuação da DCS no monitoramento da imagem institucional do TCESP na mídia. No período, **foram identificadas 3.440 matérias jornalísticas relacionadas ao Tribunal, predominantemente com repercussão positiva, alcançando aproximadamente 777 milhões de pessoas.**

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional



A **Seção Audiovisual e Fotografia** produziu **449 peças gráficas e editoriais**, além de **108 conteúdos audiovisuais**, entre vídeos, *podcasts* e materiais destinados às redes sociais. Na área de cobertura fotográfica, foram **disponibilizadas mais de 2,3 mil imagens no Flickr** institucional.

Por sua vez, a **Seção de Cerimonial** atuou na organização e no **suporte a 16 eventos institucionais e externos**, entre seminários, Ciclos de Debates, treinamentos e encontros técnicos. O setor também prestou apoio técnico e protocolar às agendas oficiais da Presidência e dos demais Conselheiros, além de realizar a recepção de autoridades e participar de reuniões estratégicas voltadas ao planejamento de eventos futuros.

5.12 ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

5.13 ASSESSORIA POLICIAL CIVIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Instituída pelo Decreto nº 68.806, de 26 de agosto de 2024, a Assessoria Policial Civil do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi criada para garantir apoio policial institucional ao TCESP, assegurando suporte técnico e operacional para suas atividades de fiscalização, auditoria, diligências externas e, quando cabível, encaminhamento e acompanhamento de fatos de natureza policial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **primeiro trimestre de 2026**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CRISTIANA DE CASTRO
MORAES:78872650615

Assinado de forma digital por

CRISTIANA DE CASTRO

MORAES:78872650615

Dados: 2026.06.18 16:30:18

-03'00'

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PRESIDENTE

ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 24 - Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	01/2026	Emendas Parlamentares	14/01/2026
GP	02/2026	Lei Complementar nº 226/2026 - Alerta	23/01/2026
GP	03/2026	Informações relativas à composição de gênero do quadro de pessoal	05/02/2026
GP	04/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	06/02/2026
GP	05/2026	Mapa das Ouvidorias Municipais – Poderes Legislativo e Executivo	09/02/2026
GP	06/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	13/02/2026
GP	07/2026	Questionário “Diagnóstico de Gestão e Cobrança da Dívida Ativa Municipal”	23/02/2026
GP	08/2026	30º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais	02/03/2026
GP	09/2026	Chamados de Ouvidoria	02/03/2026
GP	11/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	13/03/2026
GP	12/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	20/03/2026
GP	13/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	27/03/2026
GP	14/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	06/04/2026

GP	15/2026	Emendas parlamentares locais – providências para aprimoramento da governança, do planejamento, da execução, da rastreabilidade e da transparência	09/04/2026
GP	16/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	17/04/2026
GP	17/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	04/05/2026
GP	18/2026	Orientações relativas à Fase V – Repasses Públicos ao Terceiro Setor	14/05/2026
GP	19/2026	Evento “Rotas da Equidade – Como alcançar a Condicionalidade III do VAAR/FUNDEB”	14/05/2026

Tabela 15 - Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	01/2026	Entidades proibidas de novos repasses	14/01/2026
SDG	02/2026	Valor atualizado de remessa a esta Corte dos atos relativos a convênios e instrumentos jurídicos assemelhados, inclusive aditamentos, celebrados com órgãos públicos, vigente para o exercício de 2026	15/01/2026
SDG	03/2026	Entidades proibidas de novos repasses	04/02/2026
SDG	04/2026	Regulamentação da Educação Integral em Tempo Integral em suas respectivas redes de ensino	23/02/2026
SDG	05/2026	Regimes Próprios de Previdência Social - Novas informações no RIRPP – alteração do XSD	23/02/2026
SDG	06/2026	Questionário – Licitações e Contratos (IRALC 2026)	27/02/2026
SDG	07/2026	Entidades proibidas de novos repasses	04/03/2026
SDG	08/2026	Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) — vencimento e CRP obtido por decisão judicial — providências e Pró-Regularidade RPPS	27/04/2026
SDG	09/2026	Levantamento nacional acerca das políticas públicas voltadas à primeira infância	16/03/2026
SDG	10/2026	Ciclo de Debates em Álvares Machado e Dracena	23/03/2026
SDG	11/2026	8ª Sessão Ordinária do E. Tribunal Pleno, em Campinas no dia 08/04/2026	23/03/2026

Tabela 16 - Comunicados expedidos conjuntamente GP/SDG

COMUNICADOS CONJUNTOS GP/SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP/SDG	01/2026	Comunicado Conjunto GP/SDG nº 01/2026 - Portal dos Conselhos Municipais – Educação Básica e Saúde	20/03/2026

2026



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo